



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**

**EDITAL REITORIA/SRH Nº 02/2023 – CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E  
TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DE CARGO DE PROFESSOR DO MAGISTÉRIO  
SUPERIOR**

**ANEXO II**

**PONTOS DO PROGRAMA**

**Unidade Acadêmica: UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO**  
**Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**E-mail: [concurso.professor.srh@setor.ufcg.edu.br](mailto:concurso.professor.srh@setor.ufcg.edu.br)**  
**Telefone: (083) 2101-1359**

|                                 |                            |
|---------------------------------|----------------------------|
| <b>EDITAL Nº:</b>               | <b>02/2023 -</b>           |
| <b>CARREIRA:</b>                | <b>MAGISTÉRIO SUPERIOR</b> |
| <b>SUBÁREA DE CONHECIMENTO:</b> | <b>DIREITO PRIVADO</b>     |
| <b>VAGAS:</b>                   | <b>01</b>                  |
| <b>REGIME:</b>                  | <b>T-20</b>                |

| <b>PONTOS DO PROGRAMA</b>                                                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Dignidade humana: da autonomia a proibição de retrocessos;                                                                                                         |
| 2. Das normas fundamentais do processo civil: da constitucionalização a ordem cronológica do processo. Aplicação em todas as fases do processo                        |
| 3. Contraditório e sua implementação efetiva da influência: vedação de decisão surpresa e sentença fundamentada.                                                      |
| 4. As tutelas processuais de urgência e evidência: aproximação e distinção, fungibilidade, aplicação.                                                                 |
| 5. O mérito administrativo: vedação de revisão pelo poder judiciário. Separação de poderes. Discricionariedade e vinculação dos atos administrativos.                 |
| 6. Proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: da crise ambiental a sustentabilidade. Perspectivas, práticas indutivas, educação ambiental e legislação.    |
| 7. Aspectos dogmáticos, epistemológicos e axiológicos do sistema recursal civil: Agravo de instrumento, função do recurso e decisões cabíveis.                        |
| 8. Tomada de decisão automatizada e os vieses algorítmicos: do processo virtual, transparência, accountability, inteligência artificial e automação da fundamentação. |
| 9. A identificação criminal e reconhecimento fotográfico sob a ótica da jurisprudência do STJ e da Legislação.                                                        |
| 10. Da justiça restaurativa: abordagem e perspectivas de aplicação                                                                                                    |

#### BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:

1. ARAÚJO, L. C.; TASSIGNY, M.; FREITAS, A. C. P. PRUDÊNCIA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ENSINO JURÍDICO EM TEMPOS DE COMPLEXIDADE. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/2290>. Acesso em: 25 de agosto de 2022.
2. ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Principios da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
3. BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 10. ed. São Paulo: Thomson Reuters, Brasil, 2022.
4. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
5. BARROSO, Luis Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2008.
6. BOBBIO, Norberto. **As Ideologias e o Poder em Crise**. 4 ed. Brasília: Editora Unb, 1999.
7. DWORKING, Ronald. O império do direito. Tradução: Jeferson Luiz Camargo; 2ª ed. Editora Martins fontes. São Paulo, 2007.
8. GRAU, Eros Roberto. Por que tenho medo de juízes: a interpretação/aplicação do direito e os princípios. 8ªed. São Paulo: Malheiros, 2017.
9. GUSMÃO, RENATA SANCHEZ GUIDUGLI. A JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA APLICAÇÃO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS URBANOS. LEOPOLDIANUM, v. 48, n. 135, 2022.
10. SOARES, Mário Lúcio Quintão. In: Almeida Filho, Agassiz; Pinto Filho, Francisco Bilac Moreira (coord.). **Constitucionalismo e Estado**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
11. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 35 ed. rev., atual., São Paulo: Malheiros: 2021.
12. MOURA, Francivaldo Gomes. A dignidade humana: uma perspectiva de ligação entre o cidadão e o estado de direito. In: Benedita Ferreira da Silva Mac Crorie da Graça Moura; Heron José de Santana Gordilho; Flávia Piva Almeida Leite (Org.). DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS II. Braga Portugal: Conpedi, 2017, 100 a 120
13. NERY JÚNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria de. Código de Processo Civil Comentado. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
14. NERY JUNIOR, Nelson; Teresa Arruda Alvim (coord) Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins, vol 15, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
15. NUNES, DIERLE. In: Nunes, Dierle, Lucon, Paulo Henrique dos Santos, Wolkart, Erik Navarro (organizadores). A inteligência artificial e o direito procesual. Salvador: Juspodivm, 2020.
16. SARLET, Ingo Wolfgang. In: Sarlet, Ingo Wolfgang (coord.). Dimensões da Dignidade. 2ª ed. Rio Grande do Sul: Livraria do Advogado, 2009.
17. SILVA, Artenira da Silva e; TEIXEIRA DE LIMA, Dandara Miranda. O paradigma da justiça restaurativa frente à justiça retributiva: reflexões sobre os limites e possibilidades da sua aplicação aos casos de violência doméstica contra mulheres. REVISTA QUAESTIO IURIS, [S.I.], v. 12, n. 2, p. 1-31, fev. 2020. ISSN 1516-0351. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/30660>>. Acesso em: 25 ago. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/rqi.2019.30660>.
18. STARCK, Christian. In: Sarlet, Ingo Wolfgang (coord.). Dimensões da Dignidade. 2ª ed. Rio Grande do Sul: Livraria do Advogado, 2009.

19. THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 56<sup>a</sup>, atualizado de acordo com a lei 13.105/2015, ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015
20. REBOUÇAS, **Gabriela Maia; NETO, Vilobaldo Cardoso, SILVA BRITO, Anne Caroline Rodrigues Da.** JUSTIÇA RESTAURATIVA COMUNITÁRIA: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO DA JUSTIÇA. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45445>. Acesso em 23 de ago de 2022